



S. R.

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

DEPARTAMENTO CENTRAL DE INVESTIGAÇÃO E ACÇÃO PENAL

Inquérito n.º 3/07.4TELSB

RECLAMAÇÃO HIERÁRQUICA

A Ex.ma Sra. Deputada no Parlamento Europeu, Dra. Ana Gomes, notificada do pormenorizado e bem fundamentado despacho de arquivamento veio reclamar do mesmo, em também longo mas complexo arrazoado, contestando a investigação realizada e questionando a razão porque não se levou a cabo a que entende por bem deveria ter sido objectivada e concretizada.

Os Srs. Procuradores pronunciaram-se pela manutenção do despacho de arquivamento por irrelevância penal das diligências complementares solicitadas pela Assistente.

Decidindo:

Como o já deixara escrito nos autos, considero correcta a determinação do objectivo penal dos autos, a estratégia desenhada e as diligências exaustivas levadas a cabo pelo OPC, no terreno, sob a direcção do Ministério Público titular e dirigente da investigação.

Durante 147 folhas, o Ministério Público analisou exaustivamente as denúncias e suspeitas trazidas aos autos, a prova carreada para os mesmos, as viagens detectadas, as escalas dos aviões civis e militares americanos efectuadas durante o período em investigação, inquiriram-se dirigentes e funcionários de vários organismos e entidades responsáveis pelas detecções, fiscalizações e decisões das autorizações dos voos, escalas, paragens técnicas e permanências transitórias de todos os aparelhos de aviação americana.



3862
/

HB

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
DEPARTAMENTO CENTRAL DE INVESTIGAÇÃO E ACÇÃO PENAL

Não obstante, a busca incessante de indícios da prática de crimes contra a humanidade, de encobrimento, cumplicidade ou de co-autoria pela permissão, activa ou passiva, consciente e voluntária da sua prática, não foi possível recolher o mínimo de prova relevante quer quanto a prática do ilícito, quer, a ter existido crime, autoria do mesmo em território português. E obviamente o Ministério Público não tem “conveniências políticas”, orienta-se exclusivamente nos termos da Lei Constitucional e ordinária, segundo os princípios de objectividade e de legalidade, impondo-se-lhe, em consequência, a busca da verdade material, mas obviamente, obedecendo, na recolha de prova, aos citados princípios da legalidade e da objectividade, sopesando da relevância dos elementos de prova recolhidos, tendo sempre em consideração a adequação, necessidade e proporcionalidade das diligências a realizar, não podendo esquecer nem postergar o rigor das suas funções. Não deve perseguir “fantasmas” nem tem capacidades adivinhatórias. Mais, impõe-se-lhe o cumprimento da lei, optando pela estratégia investigatória e a realização das diligências que, de acordo com o objectivo a alcançar, melhor servirão a descoberta da verdade. No caso, impunha-se a recolha útil e necessária dos elementos do crime em causa, sem se perder em investigações intermináveis, de resultado mais que duvidoso, umas, negativas, outras, sem qualquer relevância ou incidência criminal.

Como bem afirmam os Srs. Procuradores, “as diligências requeridas pela assistente são insusceptíveis de produzir qualquer efeito penalmente relevante”.

“Com a realização de tais diligências pretenderia a assistente extrair consequências de natureza necessariamente não penal, o que manifestamente e como se disse já, não é o objecto dos presentes autos.”



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

DEPARTAMENTO CENTRAL DE INVESTIGAÇÃO E ACÇÃO PENAL

Aliás, consabidamente, por exemplo, os serviços secretos não prestariam declarações, voluntariamente, em processos que venham a ser abertos ao público em geral, uma vez que, sendo secretos, envolvem segredo de Estado.

Mas, mesmo a acreditar, o que se duvida, que os serviços secretos se pronunciavam no caso dos autos, o resultado traduzir-se-ia em diligências de pouca ou nenhuma utilidade, porquanto a investigação que se realizou no terreno, por todo o país, continente e ilhas, não apurou minimamente qualquer passagem de aviões por território português, transportando seres humanos raptados ou sequestrados nos seus países, levados para Guantanamo. Aliás, dos registos consultados nos vários hotéis, detectou-se o fornecimento de comidas quentes e de gelo, mas não seria concerteza para alimentação ou bebida dos eventuais prisioneiros! E não alcanço, confesso, a relevância de se saber da quantidade ou destino do gelo pedido pelas tripulações.

Por outro lado, o Ministério dos Negócios Estrangeiros enviaram-nos os documentos solicitados relativamente ao assunto, disponibilizou-se para esclarecimentos complementares. De entre os documentos enviados ressalta uma nota descritiva sobre o sistema de triagem e processos somente dos pedidos de autorização de sobrevoo e aterragem (Ofício de 10/03/2009).

Estes documentos foram considerados na fase de inquérito e no juízo de valor expresso no despacho final de arquivamento

Aliás, no mesmo seguimento, todas as diligências sugeridas pelo assistente, para além de irrelevantes na detecção de indícios suficientes da prática de crime contra a humanidade e da responsabilidade de quem quer que fosse, nomeadamente de cidadãos portugueses com responsabilidade

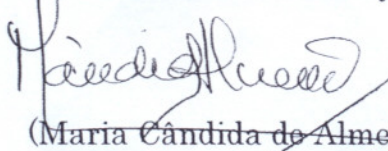
3864
política ou não, transformaria o processo numa pesquisa política de dimensões incomportáveis e intermináveis, fora do alcance da razoabilidade das funções que incumbem ao Ministério Público.

Considero as diligências efectuadas no processo, sobre a direcção dos Srs. Magistrados titulares, suficientes e necessárias para, com objectividade, e consciência jurídica de rigor, se proceder e concluir por uma apreciação imparcial dos factos e dos indícios, que impuseram o arquivamento dos autos, não se vislumbrando que diligências propostas pela assistente possam e devam efectuar-se, ainda e agora, que proporcionem a alteração do juízo formulado pelos Srs. Magistrados.

Por todo o exposto e pelo melhor e mais completamente se expõe, não só no despacho de arquivamento, como no de sustentação do mesmo pelos Srs. Procuradores, indefiro a reclamação da Ex.ma Assistente e, em consequência, não determino a reabertura dos autos, confirmando, no seu todo, o despacho de arquivamento do inquérito.

Notifique a Ex.ma Sra. Assistente nos termos habituais e dê conhecimento aos Srs. Magistrados titulares.

A Procuradora-Geral Adjunta


(Maria Cândida de Almeida)